

Calvino: Exegeta das Escrituras

ALAN PALLISTER

Professor do Seminário Baptista de Teologia

Em 1538 as autoridades de Genebra expulsaram Calvino – teólogo, pastor e professor. Em 1541 as mesma autoridades foram implorar que voltasse, dizendo agora que ele era indispensável para que elas pudessem seguir com os seus projectos. Entre as condições que Calvino impôs para se submeter a essa pressão e voltar foi que pudesse ensinar a Bíblia e as línguas bíblicas na Escola para rapazes. Foi isso que aconteceu e, entre os seus ouvintes na Escola, veio a haver vários pastores também. Um resultado desta experiência foi a compilação das suas palestras, em latim, que foram publicadas como o seu comentário sobre Isaías.

Num passo deste comentário Calvino cita a experiência de dois pregadores numa determinada cidade. Um, que estava a expor Jeremias, quis ganhar o favor do povo sendo suave e agradável na sua exposição do texto. Encontrou uma passagem neste livro profético cheio de palavras mansas e simpáticas. Aproveitou a exposição dessa passagem para denunciar o segundo pregador que, segundo ele, era duro e assustava as pessoas. Nesse dia o povo aplaudiu as suas palavras suaves e a sua denúncia do segundo pregador. Só que o primeiro pregador, o primeiro, estava a usar o método expositivo, ensinando a Bíblia capítulo por capítulo. No dia seguinte, então, teve que expor uma passagem de Jeremias que falava exactamente nos termos que o seu rival usava! Por isso teve que retractar as palavras do sermão que pregara no dia anterior. O povo que tanto tinha apreciado as suas palavras «mansas» agora ridicularizaram esta mudança de abordagem - que tinha surgido de um dia para outro.

Este pequeno incidente ilustra uma das facetas principais de Calvino, exegeta das Escrituras. Contra os seus contemporâneos católicos, que ensinavam que a Bíblia era o livro da Igreja e recebia dela a sua autoridade, Calvino ensinava que, segundo a Bíblia, o Espírito Santo concedia a Sua autoridade não aos homens mas sim ao ministério que Deus conferira aos homens – isso é, mais exactamente, às Es-

ALAN PALLISTER – *Calvino: Exegeta das Escrituras*

crituras («Institutas, Livro IV, cp. VIII, 2). «Nem Deus os põe diante do povo para que o ensinem antes de ordenar aquilo que hão-de dizer, a fim de que não exponham mais do que a Sua palavra».

No mesmo livro das Institutas, Calvino mostra como, passo por passo, a revelação de Deus é registada por escrito, primeiro os livros da Lei, depois os profetas, os Salmos e as Histórias. Isto é para o povo não se apartar dele, nem para a esquerda nem para a direita, apartando-se de toda a doutrina inventada pelos homens. Salienta o texto de Malaquias 4 que primeiro adverte para o povo obedecer à Lei e prepara para a pregação do Evangelho. Depois, no Novo Testamento, os apóstolos ensinaram que a Igreja devia ensinar como Cristo tinha cumprido todas as Escrituras anteriores. Isto não devia ser feito «a não ser pelo Senhor; isso é, com a assistência do Espírito de Cristo, ditando-lhes de certa maneira as palavras» (ib. VIII, 8).

É curioso que, mais do que uma vez, Calvino aplica a palavra «ditar» ao modo como o Espírito Santo transmitiu as Suas palavras aos autores humanos do texto bíblico. É costume afirmar hoje, em alguns círculos cristãos, que Calvino não acreditava na inspiração «verbal» ou «mecânica» do texto bíblico. Como o Reformador era um erudito com formação humanista, e com grande consciência do contexto histórico em que cada passo das Escrituras fora dado, podemos conceder sem hesitação que o seu conceito do processo de transmissão das palavras divinas não terá sido «mecânico». Mas que a Bíblia, o resultado desta transmissão é, no entender de Calvino, um conjunto de textos que, nos seus manuscritos originais, terão estado livres de erro, por ter sido Palavra de um Deus infalível, considero indiscutível.

Convém lembrar que os reformadores, ao ressaltarem assim a inerrância bíblica, estavam a lutar não só contra a Igreja Católica, que considerava como inerrante o magistério da igreja, mas também inúmeros movimentos da chamada Reforma Radical, os «schwarmer» ou «espiritualistas» que separavam a Palavra do Espírito e erguiam em autoridade suprema a última «revelação» que vinha da boca dos seus auto-designados «profetas». Com a proliferação do «Deus disse-me», em muito da pregação chamada evangélica na actualidade, precisamos de aprender novamente do grande Reformador e a sua ênfase na submissão de todo o crente e de toda a pregação à Palavra escrita, além da qual Deus não tem ensinamentos novos a comunicar ao Seu povo.

A exegese bíblica ensinada e praticada por Calvino é o método histórico-gramatical – contra os «jogos frívolos» dos intérpretes alegorizantes. É insistir na «exegese», que descobre o que o texto, no seu contexto, está realmente a dizer – contra a «eisegese» que descobre

maneiras de a Bíblia dizer aquilo que está na mente do intérprete. É o princípio de a Escritura interpretar a Escritura, as passagens difíceis sendo elucidadas à luz das passagens claras. Contém também uma ênfase salutar sobre o ministério iluminador do Espírito Santo.

Infelizmente o evoluir posterior dos movimentos reformados, embora reclamando normalmente a inspiração de Calvino, não tem sabido discernir o gênio particular da sua exegese bíblica. Presas muitas vezes ao individualismo no que diz respeito ao homem e a sua salvação, e a uma visão conservadora da sociedade, no que diz respeito à economia e a justiça social, as igrejas «reformadas», e outras «fundamentalistas», parecem ignorar a dimensão social da exegese bíblica que Calvino fazia enquanto pregando e escrevia semana após semana.

Na mente de muitos, Calvino, por exemplo, costuma ser associado com o capitalismo - isto por influência de Max Weber, autor de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Aqui será interessante ouvirmos a fascinante observação de W. Visser't Hooft, no seu tempo presidente do Conselho Mundial das Igrejas, de que seria mais apropriado o socialismo, e mesmo o comunismo, também reclamarem Calvino como o seu 'pai'! Visser't Hooft citou o famoso slogan comunista, 'a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo as suas capacidades' (Lenin, citando Karl Marx). Relacionou-o com palavras muito parecidas de Calvino, 300 anos antes, no seu comentário sobre 2 Coríntios 8:13-14, dissera o seguinte:

"Deus deseja que haja tal analogia e igualdade entre nós que cada um socorra os pobres segundo as suas possibilidades a fim de que alguns não tenham em excesso enquanto outros sofram penúria".

No pensamento de Calvino a vocação dos ricos é serem 'ministros dos pobres', ao passo que os pobres, enviados aos ricos da parte de Deus para pôr à prova sua fé e sua caridade, são chamados 'recebedores de Deus', 'vigários de Cristo' e 'procuradores de Deus'. Furtar, diz Calvino a seguir, comentando 2 Coríntios 8:15, «não é somente o acto de arrebatar um bem que pertence a outro. Furto é, antes de mais nada, a recusa em dar ao próximo aquilo que lhe deve ser atribuído por amor, é guardar para si aquilo que, segundo o direito de Deus e segundo a ordem da caridade, deve reverter ao próximo».

Para muitos cristãos mais recentes, das escolas mais «conservadoras», pode não ser tão óbvio que aquilo que Calvino faz aqui é também exegese bíblica!

É fácil o estudioso de Calvino cair num certo desequilíbrio, dando ênfase às doutrinas da predestinação, da providência ou da justifica-

ALAN PALLISTER – Calvino: Exegeta das Escrituras

ção – sem fazer justiça à sua dimensão social. Por este motivo André Biéler escreveu o seu estudo magistral, “O Pensamento Social e Económico de Calvino”, dando a ênfase principal a esta dimensão. Nesta obra cita abundantemente dos comentários de Calvino, baseados em sermões, como o de II Coríntios, por exemplo, que foram o veículo principal da sua crítica profética da injustiça social do seu tempo.

Biéler também tem que combater dois mitos importantes que existem acerca do grande reformador: um de ele ter sido o grande ditador de Genebra, dominando a vida da cidade e colocando o poder civil sob o poder da igreja. Outro é de ele ter sido o ‘pai do capitalismo’, tese esta que deve a sua popularidade à obra de Max Weber, ‘A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo’ (Tubingen, 1920).

O primeiro destes mitos, o do ditador, será facilmente destruído se compreendermos que Calvino lutava exactamente contra a posição que a igreja medieval ocupava na sociedade. A sociedade medieval europeia era uma autêntica ‘hierocracia’, o poder político sendo exercido por clérigos. Na Genebra que Calvino ajudou a moldar o poder civil era do Concílio, do qual ele nunca fez parte. O órgão de governo eclesiástico era o Consistório, que zelava pela doutrina bíblica e pela conduta ética: a máxima pena que podia impor era a da excomunhão. Os membros da igreja estavam sujeitos a este órgão. O governo civil, pela sua parte, não podia impor a conduta ética cristã. Dizia a Confissão de Fé da Igreja Reformada de 1614, subscrita pelo Eleitor de Brandenburgo:

“Não é dado a cada um crer; a fé é obra de Deus e ninguém tem o direito de reinar sobre a consciência de outrém, nem, como diz o Apóstolo Paulo, de regular-lhe a fé (o que só o Espírito Santo pode arrogar-se). De igual modo, o Príncipe Eleitor não quer, nem publicamente, nem em secreto, constranger nenhum dos seus vassallos a fazer sua esta confissão; deixa ele a Deus a questão de fazer triunfar a verdade. A quem poderiam, ademais, servir nossas vãs diligências? A só misericórdia de Deus é que importa”.

Segundo a sua leitura de Romanos 13, Calvino entende que tanto os pastores da igreja como os que detinham o poder civil são ‘ministros’ de Deus – tendo que responder perante Deus pelo seu trabalho. Os membros do Concílio, sendo membros da igreja, podem ouvir as palavras incisivas, baseadas muitas vezes na Lei e os Profetas, que Calvino lhes dirige. A sua ‘arma’ são as Escrituras – e ele verifica, como poucos pregadores depois dele verificaram, que as passagens bíblicas falavam muito directamente sobre questões éticas e sociais do seu tempo.

Para Calvino o trabalho que desempenhamos diariamente é uma vocação de Deus. 'Vocação' é a tradução do termo alemão 'beruf', ao qual Lutero tinha devolvido o seu sentido mais correcto. Para os medievais, o "beruf" era apenas a vocação de um sacerdote ou religioso: para Lutero e Calvino era todo o trabalho honesto que o homem fazia, pretendendo servir Deus e o seu próximo e ganhar o seu sustento. Era a chamada para obedecer à ordem de frutificar e multiplicar dada por Deus em Génesis 1:28. O rigor em questões financeiras, o estilo de vida poupado, a preocupação pelo bem-estar dos empregados todos fazem parte da nossa obrigação diante de Deus. Se formos fiéis podemos experimentar a Sua 'bênção', uma vez que 'a bênção do Senhor enriquece; e não acrescenta dores' (Provérbios 10:22). A relativa prosperidade dos países que abraçaram a Reforma Protestante, nas décadas a seguir, deve-se em parte a esta bênção.

No que diz respeito a Calvino ter sido o 'pai do capitalismo', no entanto, a opinião generalizada dos estudiosos da obra de Calvino é que é uma caricatura, baseada numa compreensão muito limitada, e até distorcida, da sua obra. Segundo Visser't Hooft, o socialismo, e mesmo o comunismo, também poderiam reclamar Calvino como o seu 'pai'. Cita o famoso slogan comunista, 'a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo as suas capacidades'. Lenin citou esta frase de Karl Marx. Mas nem Lenin nem Marx se aperceberam que a frase vinha quase textualmente de Calvino que, 300 anos antes, no seu comentário sobre 2 Coríntios 8:13-14, dissera o seguinte:

"Deus deseja que haja tal analogia e igualdade entre nós que cada um socorra os pobres segundo as suas possibilidades a fim de que alguns não tenham em excesso enquanto outros sofram penúria".

No pensamento de Calvino a vocação dos ricos é serem 'ministros dos pobres', ao passo que os pobres, enviados aos ricos da parte de Deus para pôr à prova sua fé e sua caridade, são chamados 'receptores de Deus', 'vigários de Cristo', 'procuradores de Deus'. Furtar, diz a seguir, comentando 2 Coríntios 8:15, «não é somente o acto de arrebatado um bem que pertence a outro. Furto é, antes de mais nada, a recusa em dar ao próximo aquilo que lhe deve ser atribuído por amor, é guardar para si aquilo que, segundo o direito de Deus e segundo a ordem da caridade, deve reverter ao próximo».

O texto de Levítico 25, que apresenta a Lei do Jubileu, é um daqueles que Calvino comenta amplamente. Mostra como esta lei reflecte tanto o direito que o agricultor diligente e a sua família têm de uma relativa prosperidade como a sua obrigação de, no quinquagésimo ano, dar uma nova oportunidade aos pobres e às suas famílias.

ALAN PALLISTER – Calvino: Exegeta das Escrituras

No fim das Institutas (IV-XX-31), Calvino se debruça sobre aquilo que o povo pode fazer perante um poder instituído corrupto ou ineficaz. Longe de ser o defensor acérrimo do poder estabelecido, aqui vemos o grande Reformador como o defensor sensível e atento do povo explorado. Cita vários casos históricos, de Grécia e de Roma, de ‘tribunos do povo’, grupos organizados para defender o povo contra os abusos e resistir às autoridades que abusam do seu poder. Considera que um tal órgão deveria existir no seu tempo. Mostra como em certos casos na Bíblia o povo desobedeceu a Deus pela sua obediência cega a ordens dadas por reis humanos.

Conclusão

Hoje vive-se a época da ‘privatização’ da fé. A teoria subjacente à sociedade pluralista é que ‘tu tens a tua religião: eu tenho a minha’. A ideia de uma fé religiosa, com doutrinas objectivamente definidas e com padrões fixos em questões éticas, é considerada ultrapassada. A tentativa de aplicar princípios cristãos à sociedade em geral é considerada utópica.

De acordo com 1 Pedro 4:17, o ‘julgamento começa com a casa de Deus’. No seu tempo, Calvino foi uma voz profética que Deus levantou para mostrar à Sua igreja a maneira como a Bíblia como um todo pode e deve ser aplicada à nossa vida como um todo.

Pouco tempo depois da época da Reforma, iniciou-se o processo da ‘privatização’ desta mensagem. A própria igreja que na altura a privatizou agora se queixa porque na sua percepção da fé o homem comum vê-a como uma questão particular! Quem sabe se uma boa parte da responsabilidade pelo estado secularizado e ‘pós-moderno’ em que se encontra o mundo hoje não é da própria igreja que não soube articular mais adequadamente a sua doutrina? Alguns ficaram presos à doutrina da predestinação, interpretada de uma forma extremamente radical, e julgaram que o mundo ímpio podia ser abandonado para seguir o seu caminho. Outros aproveitaram a ideia do ‘beruf’ no sentido de julgar que Deus os tinha destinado para serem prósperos e que a pobreza dos outros era necessariamente um sinal da sua falta de piedade ou de diligência. Em geral o calvinismo, quando era apropriado de alguma forma, era aplicado à questão da relação do indivíduo com o seu Deus e não à questão do homem na sociedade.

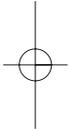
50

Muitos evangélicos de diferentes tradições, ao optarem por posições que iam ‘mais longe do que Calvino’ em determinados aspectos,

*AS CONTINGÊNCIAS E AS INCIDÊNCIAS DO PENSAMENTO DE JOÃO CALVINO*

terminaram por ficar muito aquém dele em outros. Mas, como viam o reformador à luz de uma das várias caricaturas aqui consideradas, acharam que seria fácil prescindir de o conhecer directamente. De todos os teólogos é um dos que são mais vezes nomeados e menos conhecidos directamente. De todos os teólogos é, também, um dos que são mais frequentemente condenados por evangélicos bem-intencionados que, a seguir, afirmam como princípios seus convicções que o reformador no seu tempo já perfilhava e defendia. Têm uma dívida enorme para Calvino e nem sequer o sabem! |

A minha esperança e oração é que, através deste estudo, alguém se sinta estimulado a ter o seu primeiro encontro directo com a obra de Calvino. Digo isto, porque estou convencido que, através deste encontro, ficará a compreender e viver melhor a própria palavra das Sagradas Escrituras.





Calvino, calvinismo e a democracia

DAVID VALENTE

Advogado

Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal

«Não gosto que qualquer episódio sirva para esses calvinistas políticos me atacarem publicamente. Só falta pedirem para que eu seja chicoteado na praça pública», afirmou José Sócrates. O primeiro-ministro lamentava os comentários políticos decorrentes de ter cedido ao vício do tabaco e de ter fumado no avião fretado da TAP, que o levou de Lisboa para Caracas, depois do seu Governo ter restringido drasticamente o fumo.

Diário de Notícias, 16/5/2008

1. Calvino continua a ser no nosso meio, e até no mundo francês e protestante, grandemente estereotipado e desconhecido. Esta figura gigantesca da história universal gerou desde sempre amor e ódio, motivou entusiasmos e incompreensões, ergueu discípulos indefectíveis e adversários incansáveis. E estas intermináveis controvérsias operam-se entre aqueles que tem de Calvino um conhecimento apenas superficial e mesmo entre eruditos e especialistas.

Mesmo recentemente, e a propósito dos 500 anos de Calvino, o padre italiano Robert Spataro, presidente do Studium Theologicum Salesianum de Jerusalém, publicou num artigo na revista “Cristianità” onde escreve que Calvino foi um “*revolucionário de um radicalismo terrível, alimentado pela sua irritabilidade e pela sua violência Mandou crucificar sacerdotes católicos, mutilou-os horripelmente e mandou-lhes arrancar as entranhas e encher o seu cadáver de feno*”.

500 anos depois Calvino ainda incomoda e inquieta!

Vamos tentar compreender em traços gerais o contributo do pensamento de Calvino e do calvinismo para o nascimento das actuais sociedades de direito democrático.

2. Emile Doumergue (1844-1937) é o primeiro a querer demonstrar que João Calvino foi um dos principais fundadores das liberdades modernas. Numa obra extensa e bem fundamentada, que se espria por

DAVID VALENTE – Calvino, calvinismo e a democracia

7 pesados volumes¹, Doumergue demonstra que as ideias do Grande Reformador, espalhadas pelos fiéis protestantes nos quatro cantos do mundo, lançaram as raízes da moderna democracia. E esta conclusão é partilhada por estudiosos posteriores.

Outros (Charles Mercier e Marc Edouard Chenenvière), porém, escrevem sem qualquer hesitação que aquela tese é errônea, e que o austero e severo Calvino ensinou sempre um teocracia rígida nitidamente em oposição com a ideia de soberania popular.

Com efeito, nas suas obras, Calvino não utiliza a palavra democracia profusamente. Na sua obra principal, *Instituição da Religião Cristã*, usa o termo apenas uma vez. No tomo IV, no capítulo “Sobre o Governo Civil”, Calvino escreve: “*Há três espécies de Governo Civil, a saber, a monarquia, que é a dominação de um só, ...a aristocracia, que é um governo pelos principais e gente de influencia, e a democracia, que é a dominação popular ...*”; e vem a concluir, mesmo que mitigadamente, que a forma preferível de poder é a aristocracia.

Parece assim resolvida a querela. Calvino nada tem a ver com o nascimento da democracia moderna.

Não é assim. Vejamos.

3. Calvino, tal como todos os outros grande reformadores, reconheceram a importância e a legitimidade do Estado. Para eles Igreja e Estado são duas esferas distintas, que não devem ser confundidas nem misturadas. No capítulo 20 do Livro IV da *Instituição*, “Sobre o Governo Civil”, afirma: “*O reino espiritual de Cristo e a ordem civil são duas coisas completamente diferentesNão podemos – como comumente acontece – imprudentemente confundi-las, pois ambas têm uma natureza completamente distinta*”. Para Calvino, Igreja e o Estado tem o direito de existir, sendo este também estabelecido por Deus, devendo, portanto, ser igualmente respeitado pelos cristãos. E porque distintos os dois domínios, a Igreja não deve ocupar-se das funções do Estado nem o Estado das funções e prerrogativas da Igreja.

Princípio interessante, sem dúvida base da actual ideia de separação da Igreja e do Estado, e um dos pilares da liberdade religiosa nas nossas sociedades modernas. Mas obviamente que Calvino não foi tão longe como os contemporâneos no desenvolvimento deste princípio, sobretudo na sua aplicação. Calvino afirma também que aquelas duas esferas não devem ficar indiferentes: “*Assim como acabamos de afirmar*

¹ Doumergues (Emile), *Les Hommes e les Chose de son temps*, 7 vol., Lausanne, La Cause, 1899-1927.

que o governo temporal é distinto do Reino espiritual e interior de Cristo, também temos de saber que eles não são contraditórios” (Inst., 4.20.2). A relação entre a Igreja e o Estado tem de ser harmoniosa e isso decorre do facto de que o Deus proclamado pela Igreja é também o Senhor do reino político, do Estado. A referida primazia, veja-se, é de Deus, não da Igreja, o que é inovador em relação a todas as anteriores doutrinas apresentadas pelos teólogos católicos romanos.

Ao contrário dos anabaptistas, defensores da indiferença e do afastamento dos cristãos em relação à vida pública, Calvino, analisando Romanos 13, afirma que o governo civil é uma dádiva de Deus e que a tarefa do governante é a mais sagrada e honrosa que existe (Inst., 4.20.4). Ele explica que o propósito do regime terreno é “proteger o serviço externo de Deus, criando condições para que todos possam viver em harmonia, defender a condição da igreja, regular as nossas vidas para a sociedade humana, moldar a nossa moral para a justiça civil, reconciliar-nos uns aos outros, e fomentar a paz e tranquilidade comum” (Inst., 4.20.2). Ele dá, portanto, mais atenção aos deveres do que aos direitos dos governantes.

4. Também os cidadãos tem deveres para com os governantes: obediência, devida à tarefa de governo, não necessariamente ao governante, em relação ao qual reconhece um direito de resistência, caso este quera levar os cidadãos à desobediência a Deus. Vejam como Calvino reconhece um direito de resistência que só encontra consagração nos nossos dias, e não em todas as sociedades². Apesar de o Estado se basear numa ordem divina, ele nunca ocupa o lugar de Deus. Deus continua sendo Senhor sobre a ordenação do governo que lhe continua sujeito. Obedecer a Deus e a ao governo temporal são duas coisas diferentes; e a obediência ao governo vem sempre depois da obediência a Deus, porque ele é o Senhor da Igreja e do Estado. Esse entendimento é importante em Karl Barth, quando, entre 1933-1934, critica a posição da Igreja Evangélica Alemã ante o governo do III Reich. Baseado em Calvino, e a partir de Actos 5.29, Barth declara que ninguém deve lealdade incondicional a qualquer governo ou sistema político, seja qual for, mas somente a Deus.

5. Para a tradição reformada existe uma relação entre o Estado e a Igreja, assim como entre a lei e o evangelho. Não se pode separar a justiça de Deus da sua graça. A Igreja não pode simplesmente delegar a noção de lei ao Estado e a sua proclamação deve incluir tanto a lei como

² Silvestre (Armando), *Calvino: o potencial revolucionário de um pensamento*, Vida, 2009.

DAVID VALENTE – Calvino, calvinismo e a democracia

o evangelho, visto que ambos são formas da justa graça de Deus. Assim sendo, o cristão não pode ser indiferente à maneira como as autoridades governam, devendo esforçar-se e cooperar para que as leis se tornem mais harmoniosas com a vontade de Deus. Em virtude disso, os líderes reformados insistem em falar das funções do Estado. A sua função principal não é levar a espada, punir e fazer uso da força, mas preservar a vida e a comunidade, promover “o bem-estar e a paz comum”, para que “exista humanidade entre as pessoas” (*Inst.*, 4.20.3). Esta ideia coloca a igreja frontalmente contra toda injustiça económica e deixa bastante claro que a “pregação do evangelho está ligada à exigência de justiça social”. Comentando o Salmo 82.3, Calvino escreveu: “... um governo justo e bem regulado irá distinguir-se por preservar os direitos dos pobres e afligidos”. Para Calvino, o primeiro requisito para a humanização do Estado é proteger os fracos dos fortes (*Inst.*, 4.20.12).

A verdadeira justiça consiste em misericórdia para com o fraco e o necessitado, por isso uma das tarefas que a Igreja deve desempenhar em relação ao Estado é orar (1 Tm 2.1-2).

6. Calvino também se interessa pela área social, como acontece hoje com todos os Estados de Direito, afirmando que a Bíblia testifica acerca do senhorio de Deus sobre todas as dimensões da existência humana e, em particular, o desejo de Deus de que haja justiça e integridade nos relacionamentos. Mais uma vez, é na teologia de Calvino que se deve buscar o fundamento para as suas posições acerca das questões económicas e sociais.³ Ora, a verdade é que hoje não se fala em democracia moderna sem estado social e sem ordem económica ética e justa.

Deus criou os seres humanos para uma vida de solidariedade. Calvino afirma: “A palavra ‘próximo’ estende-se indiscriminadamente a todos os homens, porque toda a raça humana está unida por um sagrado vínculo de comunhão... Portanto, para que qualquer pessoa seja o nosso próximo, é suficiente que ela seja um ser humano”. Todavia, o pecado gerou as desigualdades que separam pessoas e comunidades. A avareza humana faz com que alguns tenham recursos em excesso e outros passem privações. Em Cristo, Deus começou a restaurar a humanidade para uma vida de integridade, embora essa restauração ainda não esteja completa. A Igreja, a comunhão dos remidos, deve não só vivenciar os valores de Deus para a vida humana, mas testemunhar sobre os mesmos diante do mundo. Não somente os cristãos individuais têm deveres nessa área, mas a Igreja, como tal, também tem de perseguir esses objectivos.

³ Biéler (André), *La Pensée Économique et Sociale de Calvin*, George Editeur, Geneve, 2009.

Em Genebra, as actividades sociais da Igreja por meio do diaconato concentravam-se em duas instituições. A mais importante era o Hospital Geral, que visava socorrer cidadãos locais em situação de penúria: idosos, doentes, inválidos, órfãos e menores abandonados. A outra instituição era o Fundo para os Estrangeiros Franceses Pobres ou Fundo Francês, destinado a dar assistência aos muitos refugiados carentes que afluíam àquela cidade. Os diáconos que administravam o fundo ajudavam os refugiados a obterem casa, cama, colchão e comida e ajudavam com pequenas doações em dinheiro; providenciavam ferramentas ou tirocínios para os aprendizes de ofícios; contratavam amas-de-leite ou mães adoptivas para bebés órfãos; ofereciam serviços médicos e farmacêuticos; contratavam alfaiates e costureiras para fazerem roupas para os pobres; auxiliavam pastores que aguardavam a nomeação para igrejas na França e as famílias de pastores que haviam morrido no exercício do seu ministério.

É importante destacar que a actuação de Calvino, dos pastores e da Igreja de Genebra ia muito além do simples assistencialismo, preocupando-se com as causas mais profundas da pobreza e buscando a eliminação dos problemas sociais. Ao longo dos anos, o Reformador insistiu continuamente com os governantes de Genebra, através do púlpito e da participação cívica para que as distorções morais, económicas e sociais da cidade fossem corrigidas. Entre as suas preocupações principais estavam a cobrança de juros exorbitantes e a especulação em torno dos preços dos alimentos, duas práticas particularmente lesivas para os elementos mais frágeis da sociedade.

Outra área decisiva na actuação social dos primeiros líderes reformados foi a sua ênfase na educação, com as profundas consequências que isso trouxe para a vida dos países nos quais se implantou a Reforma.

7. Mas a contribuição central de Calvino para a democracia moderna, para o actual estado de direito, é a nova carta de identidade que concede ao individuo. Calvino eleva o individuo ao nível de uma universalidade, estado até ao qual nunca tinha chegado.

A partir do texto de Romanos 2:14 (*“Quando os gentios que não tem lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei para si mesmo são lei”*) Calvino proclama uma cidadania que não é particular, nem grega, nem romana, nem protestantes, nem católica, mas na qual todos os homens se podem projectar, abstraindo-se dos seus valores particulares. A contribuição de Calvino para a democracia moderna passa por uma nova definição do homem, encontrada no confronto entre a pessoa e a sua consciência, enfatizando a responsabilidade individual em todos os sectores da vida.